

Conferência Moldar o Futuro - O Imperativo do Crescimento

Centro de Congressos de Lisboa, 23 fevereiro de 2017

Discurso de Abertura Presidente da CIP, António Saraiva

O diagnóstico sobre a situação económica portuguesa é hoje praticamente consensual.

Os problemas e os bloqueios com que a economia nacional se defronta – nomeadamente o desemprego e o endividamento, público e privado – só poderão ser ultrapassados se formos capazes de criar as condições necessárias a uma significativa melhoria da competitividade empresarial que permita atingir taxas anuais de crescimento económico superiores a 3%.

Só o regresso à rota da convergência real com os nossos parceiros da União Europeia, através do crescimento económico, poderá garantir, a prazo, a nossa prosperidade.

É esta a nossa ambição. É esta a visão para a economia que projetámos para um horizonte de cinco anos.

Alternando entre recessão e crescimento anémico, a atividade económica em Portugal está ainda em níveis comparáveis com os de 2004, longe de ter recuperado plenamente da crise.

Apesar dos mais de 460 mil postos de trabalho criados pelas empresas portuguesas, em termos líquidos, desde o início de 2013, o emprego total, em Portugal, está ainda em números significativamente inferiores aos de antes da crise.

Senhor Primeiro Ministro,

É certo que os resultados macroeconómicos dos dois últimos trimestres surpreenderam pela positiva. Também os números relativos ao emprego dão conta da recuperação em curso no mercado do trabalho.

Contudo, confrontados com o desempenho de economias que nos são próximas e perante os desafios que se nos colocam, **não podemos ficar tranquilos com estes resultados.**

Na Irlanda, que esteve sujeita, como Portugal, a um programa de ajustamento, o crescimento foi de 4.3% em 2016, prevendo-se 3.4% para 2017.

A Espanha cresceu 3.2% em 2016 e prevê-se que cresça, este ano, 2.3%.

Todos os países da antiga Europa de leste, sem exceção, alcançarão em 2017 taxas de crescimento superiores às de Portugal.

Qual a razão para que não nos encontremos já num rumo de crescimento semelhante a todos estes países?

O que é preciso mudar para o conseguir?

Reconhecemos que, enquanto a dívida pública se mantiver elevada, o crescimento económico será mais difícil.

Isto sucede quer pelos constrangimentos colocados à condução de uma política orçamental mais favorável ao crescimento, quer pelas pressões nos mercados financeiros internacionais, que se refletem nas taxas de juro e tornam o acesso ao crédito mais difícil.

Neste contexto, não podemos deixar de procurar soluções que permitam aliviar o pesado fardo que o serviço da dívida pública portuguesa constitui.

A solução não passará, decerto, por pedidos de perdão da dívida ou por decisões unilaterais por parte de Portugal.

O recurso a este tipo de medidas seria contraproducente, porque elevaria o prémio de risco exigido pelos mercados e fragilizaria ainda mais os bancos nacionais, que detêm muita dívida pública portuguesa.

A solução passará, como defende, por exemplo, Teodora Cardoso, por uma “reestruturação que aconteça pela positiva, num contexto de mercado e resultante de políticas económicas que levem a maior crescimento”.

Mas, além deste tipo de atuação, e porque estamos face a um problema europeu e não apenas português, importa adotar, no espaço da União Europeia, outro tipo de políticas por forma a conciliar a sustentabilidade das dívidas soberanas com o crescimento económico.

A CIP definiu, no seu programa para o triénio 2017-2019, sete grandes linhas orientadoras de uma estratégia económica que, acreditamos, nos pode conduzir ao cenário de crescimento que ambicionamos.

Contudo, não nos fecharemos nas nossas ideias, nem pretendemos abarcar neste programa tudo quanto há a mudar para moldar o futuro de crescimento duradouro e de prosperidade que desejamos para Portugal.

Pelo contrário, a CIP é, e será sempre, uma instituição aberta, que privilegia o debate inclusivo e a diversidade de perspetivas, de opiniões e de experiências, na procura de soluções para a nossa economia e para a nossa sociedade.

Por isso, iniciamos este novo mandato para os próximos três anos, reunindo aqui hoje um conjunto de personalidades que nos permitirão, estou certo, avançar na construção de caminhos para que Portugal responda ao imperativo do crescimento, correspondendo assim ao repto que nos foi lançado pelo Senhor Presidente da República.

Quero agradecer à Missão Crescimento e ao Fórum da Competitividade que aceitaram juntar-se a nós para pensar o futuro de Portugal.

Agradeço também a todos os oradores que aceitaram o desafio que lhes foi lançado pela CIP, para connosco partilhar os seus conhecimentos e as suas ideias.

Os nossos trabalhos serão estruturados em 3 painéis:

- (i) Construir uma visão sobre o caminho para o crescimento, identificando de forma clara as mudanças necessárias para renovar Portugal;
- (ii) Compreender de que forma personalidades estrangeiras veem o nosso país, as oportunidades de investimento, a nossa capacidade de atrair mais e melhor investimento;
- (iii) Identificar de que forma as tendências do futuro, designadamente a rápida e disruptiva evolução tecnológica e os desafios ambientais e populacionais, terão impacto nas empresas e setores nacionais.

Minhas senhoras e meus senhores,

Ao abordar os desafios e oportunidades que enfrentamos, ao refletir sobre o que necessitamos fazer para alcançar os objetivos a que nos propomos, tenho a certeza de que os protagonistas desta Conferência serão as empresas.

Todas elas, independentemente da sua dimensão.

De facto, o caminho para o crescimento que procuramos desbravar passa pelas empresas, que são a razão da própria existência da CIP.

São as empresas que geram produtos ou serviços e quem exporta.

É nas empresas que encontramos a possibilidade de gerar novos postos de trabalho.

É nas empresas que reside o potencial de recuperação da economia portuguesa.

Iniciando hoje um novo mandato, não poderia deixar de me referir também ao papel decisivo que as associações empresariais desempenham na economia e na sociedade.

Quer enquadrando os legítimos interesses das empresas e dos empresários, quer pelos serviços que prestam às empresas, enquanto agentes de desenvolvimento dos respetivos setores ou regiões.

Tenho defendido que as associações empresariais têm de permanecer livres, afirmando a sua voz com independência e defendendo as suas causas.

As associações devem contar em primeira linha consigo mesmas.

Mas, para cumprir a sua missão, tem de lhes ser aberto espaço de atuação. Tem de lhes ser reconhecido o seu papel enquanto agentes de desenvolvimento, em domínios tão diversos como a formação profissional, a inovação ou o apoio à internacionalização.

Enquanto confederação de associações empresariais, a CIP não deixará nunca de se comprometer na promoção de um movimento associativo sólido e com valor para as empresas.

Senhor Primeiro Ministro,

Moldar o futuro foi o lema que escolhemos para esta Conferência.
Moldar o futuro é uma responsabilidade coletiva que todos partilhamos.

São conhecidas as nossas posições sobre o papel que exigimos ao Estado na estabilidade fiscal e laboral, na simplificação legislativa, no funcionamento da justiça, nas condições de concorrência e de financiamento, entre outras.

A resposta à generalidade dos restantes desafios com que a economia se defronta deve ser dada pelas próprias empresas e pelos seus empresários.

Por isso, aqui nos encontramos!

Continuaremos a inovar, a procurar novos mercados e a criar valor.

Continuaremos a arriscar no nosso dia a dia e a trabalhar para o crescimento da economia, procurando moldar um futuro mais próspero.

Continuaremos a acreditar em Portugal!